

**Etnodesenvolvimento & Universidade:
formação acadêmica para povos indígenas
e comunidades tradicionais**

**Assis da Costa Oliveira & Jane Felipe Beltrão
(Organizadores)**

**Editora Santa Cruz
Belém - 2015**

Etnodesenvolvimento & Arqueologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão com povos e comunidades tradicionais da região da Transamazônica e do Xingu

Eliane da Silva Sousa Faria¹

Introdução

O objetivo do trabalho é relatar as experiências de ensino, pesquisa e extensão, ligadas à área de Arqueologia, vivenciadas na prática do Curso de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA) com povos e comunidades tradicionais da região da Transamazônica e Xingu. As experiências relatadas no texto foram vivenciadas em disciplinas de Arqueologia por mim ministradas, em oficinas de extensão, projetos de pesquisa e em visitas monitoradas ao *Laboratório de Arqueologia Rio Xingu*.

Considerando a prática, o trabalho pretende analisar o processo de interação de povos e comunidades tradicionais com seus patrimônios, em especial o arqueológico, e a importância da troca de conhecimento entre os saberes tradicionais e universitários para a valorização da cultura local, do presente e do passado, e para produção de novos conhecimentos a respeito do patrimônio local.

No primeiro tópico é abordado o que é o Curso de Etnodesenvolvimento, nossa metodologia de trabalho e nossa relação com as comunidades de origem dos discentes. Em seguida faço o relato dos projetos de extensão relacionados a área de Arqueologia. Dos trabalhos mencionados, dois foram concluídos e os outros dois estão em andamento. Também, relato as experiências vivenciadas durante as aulas da disciplina Arqueologia e História da Amazônia I e II, na qual foi discutido, entre outros temas, a visão de povos e comunidades tradicionais acerca dos vestígios arqueológicos. Finalizo o texto com uma discussão acerca da descolonização da Arqueologia e da relação entre arqueólogos e comunidades locais, a partir do projeto de pesquisa que desenvolvo no Bairro Independente II, onde fica localizado o sítio arqueológico Praia do Pepino e onde moram várias famílias das etnias *Xipáia e Kuruaya*.

¹ Arqueóloga, docente junto a Faculdade de Etnodiversidade no Campus de Altamira da UFPA, doutoranda junto ao PPGA/UFPA. Contato: sousa.eliane@gmail.com.

O Curso de Etnodesenvolvimento e as práticas extensionistas

O Curso de Etnodesenvolvimento foi criado para atender a demanda de povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais. O objetivo do Curso é formar profissionais aptos a trabalhar em suas comunidades de pertença, intervindo nas instâncias internas e externas existentes junto ao grupo de pertença, assim como no processo de elaboração de projetos de intervenção que possam beneficiar suas comunidades. Atualmente, o Curso é formado por estudantes das seguintes pertenças: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores extrativistas e movimento social (Movimento Negro de Altamira e Movimento dos Atingidos por Barragens).

A metodologia de trabalho utilizada no Curso é baseada na Pedagogia da Alternância, em que há o período do Tempo-Universidade, sempre em regime intervalar (janeiro e fevereiro; julho e agosto), no qual os discentes participam das disciplinas curriculares, e o período do Tempo-Comunidade, no qual os discentes retornam aos grupos de pertença para realizar atividades previamente planejadas de pesquisa, extensão e ensino, e que são monitoradas pelos docentes.

O percurso curricular estrutura as disciplinas a partir do eixo central da Diversidade Cultural, dividido em sete núcleos de disciplinas: Sistemas de Saúde; Educação; Direitos Humanos; Sociedade e Meio Ambiente; Desenvolvimento e Sustentabilidade; Identidade, Nação e Território; Linguagens Étnicas; Atividade Complementar. As aulas são interdisciplinares e contam, na maioria das vezes, com mais de um docente, de diferentes áreas do conhecimento. A partir das realidades e das vivências dos discentes, são discutidos temas das disciplinas aliando o conhecimento tradicional ao conhecimento científico.

O envolvimento das comunidades nas atividades do Curso se dá na forma de projetos de extensão que consistem em oficinas de caráter interdisciplinar, que tem como tema central a Arqueologia e sua relação com os patrimônios, a Diversidade e os Direitos Humanos. Para garantir o caráter interdisciplinar das atividades, todos os professores participam das atividades de extensão, cada um contribuindo a partir de sua área de atuação.

Os projetos de extensão

Serão relatados os projetos de extensão relacionados à área de Arqueologia, porém, os discentes de outras áreas do conhecimento, tais como Direitos Humanos, Antropologia, Saúde e Educação também atuam em projetos de extensão. Da criação do Curso até o momento foram realizados quatro projetos de extensão na área de Arqueologia, os quais contaram com a participação de todos os discentes do Curso, assim como a participação de estudantes na condição de bolsistas ou voluntários.

Arqueologia e educação patrimonial

O primeiro projeto foi realizado em 2011, a partir de uma parceria entre os professores do Curso e o projeto “Arqueologia e Educação Patrimonial na BR 230”, coordenado pela arqueóloga Denise P. Schaan, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). O referido projeto tinha por objetivo realizar atividades de escavação ao longo da rodovia conhecida por Transamazônica. Concomitantemente as atividades de escavação dos sítios arqueológicos, eram realizadas oficinas de Educação Patrimonial a partir das temáticas: Arqueologia, Patrimônio, Diversidade e Direitos Humanos. As oficinas eram ministradas por nós, professores do Curso, e por profissionais convidados. Tinham por público alvo professores das escolas estaduais e municipais. Além das oficinas, os participantes participavam de visitas monitoradas aos sítios arqueológicos da região e podiam vivenciar, na prática, o trabalho do arqueólogo.

Para tanto, o referido projeto objetivava promover o diálogo com povos e comunidades tradicionais e a Universidade a partir de três linhas de ação que o compõem: a) Educação e Patrimônio; b) Educação e Direitos Humanos; e, c) Educação e Diversidade. Todas as linhas dialogando com a Arqueologia e se integrando e interagindo com atividades de ensino e pesquisa ofertadas, necessárias para a formação de profissional capaz de intervir na realidade e produzir estratégias para superação de problemas, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

As oficinas de Arqueologia objetivavam refletir com professores e comunidade em geral acerca das perspectivas e os desafios da preservação do patri-

mônio cultural do Brasil, assim como, discutir os conceitos de Arqueologia, Patrimônio e Educação Patrimonial.

Nas oficinas de Arqueologia e Patrimônio eram discutidos: o que é Arqueologia; o objeto de estudo da Arqueologia; para que serve a Arqueologia e quais seus objetivos; quais os procedimentos de escavação arqueológicos; e, a profissão de arqueólogo. Também eram debatidos os conceitos de Patrimônio e Educação Patrimonial, as leis de preservação do patrimônio; as perspectivas do patrimônio em nosso país; patrimônio individual e patrimônio coletivo; patrimônio e diversidade; Patrimônio Arqueológico; Patrimônio Cultural Imaterial; Memória e preservação; as perspectivas e impasses da educação patrimonial no Brasil; o uso do patrimônio cultural no processo educacional.

No início da oficina cada um dos participantes era indagado a respeito do que considerava patrimônio. As respostas obtidas, as quais diziam respeito a bens individuais como: casa, família, estudos etc., possibilitavam a desconstrução da ideia de patrimônio relacionada apenas a arquiteturas monumentais, como a imagem do Cristo Redentor, as pirâmides do Egito e igrejas barrocas. A partir das respostas era possível discutir patrimônio como algo significativo tanto individualmente (patrimônio individual) quanto coletivamente (patrimônio coletivo), mostrando que sua visão como algo alheio contrasta com o empenho das comunidades em preservar o que consideram seu patrimônio, ou seja, a cultura local, a religiosidade, os saberes transmitidos por seus pais e avós.

De modo geral, a partir do que os participantes relatavam como sendo seu patrimônio, foi possível discutir os conceitos de patrimônio individual e patrimônio coletivo, patrimônio material e patrimônio imaterial. Após uma abordagem de patrimônio de forma mais geral direcionava-se a discussão para a Arqueologia, procurando mostrar as particularidades desse tipo de patrimônio na região Amazônica.

Os participantes eram indagados sobre o que era Arqueologia, qual seu objeto de estudo e quais seus objetivos. Nas respostas era possível verificar que a visão que predominava era a ideia de Arqueologia como a ciência que estuda o passado e, portanto, algo longe da realidade deles, e sem relação alguma com suas vidas. Porém, quando perguntados se eles já haviam encontrado “potes de barro de índio” e machados feitos de pedra, surgiram numerosos exemplos a

respeito desses vestígios arqueológicos. Os participantes expunham como e em quais circunstâncias encontraram os vestígios, e as resignificações dadas a esses artefatos. Os relatos possibilitavam mostrar que a Arqueologia não era algo distante da realidade deles, mas sim muito presente.

Dessa forma, o conceito de Arqueologia como o estudo de coisas “velhas” foi substituído pela ideia de Arqueologia como a ciência que estuda as relações sociais e as transformações nas sociedades, e que, de acordo com o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2003), estuda a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura material e imaterial sem limitação de caráter cronológico.

Em seguida, partindo da exposição de imagens de vários tipos de sítios arqueológicos, os participantes eram indagados a respeito de quais tipos de sítios eles já haviam identificado em seu município. Para finalizar as oficinas era feita a relação entre os conceitos de patrimônio e memória, procurando mostrar a ligação entre memória e identidade social, no âmbito das histórias de vida dos participantes, identificando acontecimentos, personagens e lugares dos quais essa memória se constitui.

Além das oficinas, o projeto proporcionou a criação do *Laboratório de Arqueologia Rio Xingu no Campus Universitário de Altamira*. A criação do laboratório foi uma demanda dos povos e comunidades locais, assim como, dos moradores da região da Transamazônica e Xingu de maneira geral, pois para esses povos era importante que o material arqueológico se encontrasse na região e continuasse no local para que tivessem acesso ao material arqueológico coletados.

Visitas monitoradas ao Laboratório de Arqueologia

Como uma consequência das atividades do projeto “Arqueologia e Educação Patrimonial”, em 2012 começaram as atividades do projeto “Percurso, rotas e caminhadas: a divulgação do patrimônio Arqueológico a partir da Educação”.

O trabalho, agora em seu terceiro ano de execução, tem por objetivo divulgar o conhecimento arqueológico nas escolas estaduais, municipais e particulares da cidade de Altamira, através da realização de visitas monitoradas ao *Laboratório de Arqueologia Rio Xingu*, assim como orientar os professores na utilização da temática Arqueologia e Pré-história em sala de aula enquanto tema transversal,

visando à divulgação, preservação e valorização do patrimônio arqueológico da região da Transamazônica e Xingu, proporcionando o diálogo entre Universidade e as escolas do município. A ideia do projeto é tornar as ações educacionais voltadas para o patrimônio cultural e arqueológico um processo contínuo e sistemático para atingir um maior número de estudantes e a comunidade em geral.

Desta forma, a continuação do projeto buscou empreender ações educativas, e a instrumentalização dos professores para trabalhar a temática Arqueologia e Patrimônio em sala de aula, discutindo com os alunos e comunidades locais a respeito da importância da Arqueologia regional, suscitando processos de valoração e preservação desse patrimônio enquanto práticas de educação e cidadania, assim como despertar o interesse dos estudantes, a partir do contato com a cultura material encontrada nos sítios arqueológicos da região do Xingu e Transamazônica em exposição no Laboratório, para que possam conhecer e valorizar a história pré-colonial de sua região.

O trabalho tem como foco a interação entre as sociedades locais e seus patrimônios, com ênfase no patrimônio arqueológico, buscando um processo ativo de troca de conhecimentos, entre a Universidade, estudantes e professores, para a valorização da cultura local, do presente e do passado e produção de novos conhecimentos a respeito do patrimônio local.

Parte-se do pressuposto de Maria de Lourdes Parreiras Horta et al. (1999), de que a:

“Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (1999: 01).

Dessa forma, acreditamos que não se pode conceber uma educação desassociada da ideia de cultura e patrimônio. Defendemos a ideia de que a metodologia a ser empregada na Educação Patrimonial depende do contexto e da realidade local. O processo de construção de uma postura crítica frente ao patrimônio e a identificação com o mesmo não é construída com ações eventuais ou discursos isolados. O processo de significação ou atribuição de valor sobre a produção cultural de uma comunidade implica um trabalho contínuo e sistemático. Deve

ser levada em conta a importância da instrumentalização da comunidade em geral e dos professores para a transformação da postura frente ao patrimônio.

Os projetos e ações precisam ser resultado de uma construção coletiva e participativa. Não se trata de construir um projeto de instrumentalização para professores, mas com os professores e a comunidade. Partindo dos pressupostos acima mencionados, intentamos realizar com os professores e as comunidades de Altamira ações educativas de caráter permanente, na divulgação, na valorização e na preservação dos artefatos arqueológicos, escavados e coletados em Altamira e municípios vizinhos, tais como: Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, os quais encontram-se em uma exposição permanente no *Laboratório de Arqueologia Rio Xingu*.

O Laboratório também abriga o material coletado no sítio arqueológico “Praia do Pepino”, o qual encontra-se em processo de análise para gerar conhecimento científico a respeito da ocupação pré-colonial da região da Transamazônica e Xingu. Dessa maneira, os alunos em visita ao laboratório podem presenciar de forma prática como é o trabalho de análise desenvolvido pelo arqueólogo em laboratório, assim como receber informações a respeito da coleta do material em campo. A preparação da visita é feita em etapas. Primeiramente, a equipe do projeto entra em contato com as secretarias de educação do município para a divulgação do projeto nas escolas, em seguida os professores interessados entram em contato com os membros do projeto para agendar as visitas.

Porém, antes da visita propriamente dita, os professores são orientados de como devem promover um diálogo entre o conteúdo programático que estão ministrando em sala de aula e a discussão sobre Arqueologia e patrimônio que presenciarão na visita ao Laboratório. Durante a visita são mostradas aos alunos as etapas do trabalho do arqueólogo em campo e em laboratório. A importância da cultura material está no entendimento das populações que habitaram a região no passado e na preservação do patrimônio arqueológico para que as gerações futuras possam conhecer a história dos povos indígenas que viveram na região antes do processo de invasão do território brasileiro.

O projeto encontra-se em seu terceiro ano de atividade e continua a perseguir a ideia de ser um processo permanente de acompanhamento aos professores e alunos nas escolas a partir de oficinas e palestras sobre Arqueologia. Além

do público escolar, o Laboratório é aberto para povos indígenas, comunidades tradicionais e comunidade geral, visando proporcionar o diálogo entre o saber acadêmico e os saberes tradicionais e locais.

Os professores, participantes do projeto, em geral ministram as disciplinas Educação Artística, História, Letras e Geografia. A escolaridade dos alunos varia entre o sexto e nono ano.

Em relação às visitas, os estudantes sentem-se a vontade no ambiente do laboratório, observando os artefatos arqueológicos em exposição onde é discutido sobre Arqueologia e ocupação pré-colonial de Altamira, assim como a importância de preservação do patrimônio, da memória e das histórias locais. As visitas têm por objetivo complementar o conteúdo programático estudado nas aulas. De maneira geral, os estudantes se mostram bastante entusiasmados em conhecer a história pré-colonial da região a partir dos artefatos arqueológicos, fazendo muitas perguntas sobre o assunto, as mais frequentes são: foram encontrados dinossauros nas escavações? Quais os instrumentos utilizados nas escavações? Como são lavados e conservados os artefatos? Qual a idade dos artefatos expostos no laboratório? Onde as peças são encontradas?

A partir dos questionamentos dos estudantes e visitantes são feitas as explicações a respeito das etapas do trabalho do arqueólogo, da diferença entre a Arqueologia e as demais ciências, em especial a Paleontologia, e sobre a importância da preservação e valorização dos artefatos arqueológicos.

Nós, docentes e discentes do Curso, sentimos muito gratificados em perceber que o projeto está despertando o interesse das pessoas em conhecer a história pré-colonial da região a partir da Arqueologia. Acreditamos no pressuposto de Bezerra (2006) de que educação, cultura e patrimônio estão amalgamados. Dessa forma, não se pode conceber uma educação desassociada da ideia de cultura e patrimônio. Assim, reforçamos a importância da instrumentalização da comunidade em geral e dos professores para a transformação da postura frente ao patrimônio cultural e arqueológico, enfatizando a necessidade de envolver e responsabilizar a comunidade nas ações preservacionistas relacionadas ao patrimônio local.

As visitas monitoradas, a partir do estímulo ao uso da temática Arqueologia e Patrimônio em sala de aula, conseguiram despertar a atenção da comunidade

escolar para a importância da preservação e valorização do patrimônio arqueológico e para o conhecimento da história da região do Xingu e Transamazônica.

Arqueologia, Diversidade e Direitos Humanos na Transamazônica

O projeto “Arqueologia, Diversidade e Direitos Humanos na Transamazônica”, executado em 2013, tinha por objetivo realizar atividades interdisciplinares com professores das escolas estaduais e municipais de Medicilândia, para incentivar ações educacionais de preservação do patrimônio cultural e arqueológico, entendendo a diversidade e os direitos como patrimônios que precisam ser valorizados.

A metodologia utilizada consistiu na realização de oficinas, com os professores da rede municipal de Medicilândia, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, divididas em seis módulos, envolvendo as áreas de Arqueologia, Antropologia, Direito e Educação.

As atividades do projeto foram divididas em três módulos: No primeiro módulo, intitulado “Arqueologia e Patrimônio”, foram discutidos os conceitos de Arqueologia e Patrimônio, tendo por objetivo refletir com os professores e a comunidade em geral acerca das perspectivas e os desafios da preservação do Patrimônio Cultural do Brasil. No segundo módulo, os professores realizaram uma visita monitorada a um sítio arqueológico da região da transamazônica; No terceiro módulo realizou-se a oficina “Diversidade Cultural e Patrimônio”, a qual tinha por objetivo discutir acerca da diversidade e sua relação com a educação ou o universo escolar, foco de nossas ações, com vistas à percepção das diferenças existentes nesse espaço como fruto da diversidade que nos circunda. No último módulo, os professores participantes das oficinas elaboraram material didático sobre o tema Patrimônio, discutindo a temática na perspectiva da Arqueologia, Diversidade Cultural e dos Direitos.

Os professores se propuseram a trabalhar os seguintes temas em sala de aula com seus alunos: a) “A cultura do povo Arara” - se propõe a trabalhar aspectos da cultura do povo *Arara*, com atenção especial a atividade de pesca; b) Diversidade cultural indígena dos artefatos encontrados nos sítios arqueológicos; c) Povos do passado: cerâmica e lítico – discussão dos conhecimentos arqueológicos, conceito de arqueologia, demonstração de objetos e produção de desenhos

sobre os mesmos; e, d) Desconstruindo os estereótipos e preconceitos dos livros didáticos em relação aos povos indígenas.

A partir das atividades e do material produzido pelos participantes durante as mesmas foi possível verificar uma mudança na maneira de perceber os povos indígenas, pois no início das oficinas os professores participantes das oficinas referiam-se aos povos indígenas de maneira genérica, sem considerar as especificidades de cada povo e sua diversidade cultural. As discussões também procuraram desconstruir a visão preconceituosa construída acerca dos povos indígenas no Brasil que são ora entendidos como “bons selvagens”, “protetores da natureza”, ora como “maus selvagens”, aqueles que “atracam o progresso” e são um “empecilho” para o “desenvolvimento”, apontando principalmente para a necessidade de compreensão das culturas como específicas e dinâmicas.

Outra questão discutida foi sobre a inadequação da realização de trabalhos nas escolas que reforçam o estereótipo do “índio genérico”, quase sempre tratado de forma folclorizada, com atributos gerais que não consideram o fato dos indígenas serem parte do presente, serem diferentes da sociedade nacional e entre si e possuírem atributos que os identificam e os diferenciam entre si, com histórias próprias e particulares de lutas e resistências. Enfatizou-se a necessidade de conhecer e trabalhar a partir do indígena real.

Ensino de Arqueologia para povos e comunidades tradicionais

As experiências aqui relatadas foram vivenciadas nas disciplinas Arqueologia e História da Amazônia I e II, por mim ministradas para a turma 2010, primeira turma a ingressar no Curso de Etnodesenvolvimento.

As disciplinas de Arqueologia propõem a discussão das tendências atuais da prática arqueológica, focando em alguns temas essenciais que envolvem a relação das sociedades tradicionais com o Patrimônio Arqueológico, a gestão do Patrimônio Arqueológico, Arqueologia e identidade cultural, arqueologia da resistência escrava negra e arqueologia de quilombos, para que os discentes possam, refletir acerca da realidade dos seus grupos de pertença e a relação das comunidades com o patrimônio arqueológico.

Na disciplina Arqueologia e História da Amazônia I, foram discutidos, com base na vivência dos alunos, o que é Arqueologia e qual a importância da cultura

material para a compreensão do modo de vida dos povos pretéritos e do presente. A discussão de Silva (2002) a respeito da interpretação dos *Asurini* do Xingu sobre os vestígios Arqueológicos encontrados no parque indígena *Kuatinemu*, foi utilizada para que os discentes, divididos por grupos de pertença, relatassem as histórias que conheciam acerca dos vestígios arqueológicos em suas comunidades de origem. Os discentes relataram acerca dos artefatos líticos, “machadinhos de pedra”, chamados pela população local de pedras de raio. Foi possível verificar que em todas as comunidades a relação com os vestígios arqueológicos é muito marcante. Os discentes expuseram que, em algumas comunidades, os “machadinhos” deviam ser mantidos fora de casa, para não atrair raio. Já em outras comunidades os mesmos tinham que ser guardados dentro de casa para afastar os raios.

Os discentes também relataram os muitos usos dados aos artefatos arqueológicos, entre eles a utilização como encosto de porta e peso de papel, no caso dos artefatos líticos, das vasilhas cerâmicas utilizadas para guardar objetos de higiene pessoal, tais como creme e escova dental, para por a galinha para “chocar” e como objetos decorativos.

Durante a disciplina, os discentes foram visitar o Laboratório de Arqueologia e o sítio arqueológico “Fazenda Boa Sorte”. A partir de explicações e da escavação simulada, puderam entender como é a prática do trabalho arqueológico. Ao final da disciplina, os discentes teriam que ministrar uma aula, pensada para as suas comunidades de origem, sobre a temática Arqueologia.

Nessa tarefa as equipes foram divididas por grupo de pertença. Os indígenas escolheram o tema das “Painéis de barro indígenas da Praia do Pepino e as histórias dos indígenas da região”. Os quilombolas escolheram como tema “A arte Marajoara” e, a partir de aula de bordados, explicaram aos demais colegas os desenhos encontrados na cerâmica marajoara e seus possíveis significados. Os agricultores escolheram o tema “Cultura Material e a Transformação dos Objetos ao Longo do Tempo”, para discutir como os objetos podem estar relacionados às suas identidades. As discentes pertencentes ao movimento negro deram uma aula a respeito da história da escravidão e da cultura negra utilizando os artefatos atribuídos aos negros escravizados.

Ao final da disciplina os discentes avaliaram que a Arqueologia está muito presente em suas comunidades, não se tratando de algo distante e alheio às suas

realidades, assim como puderam entender a maneira que a disciplina pode contribuir para garantir seus direitos, no que diz a garantia à defesa e valorização de seus territórios e identidades.

A disciplina Arqueologia e História da Amazônia II foi uma continuação da disciplina anterior. Os temas estudados foram: a) Arqueologia de Quilombos: os quilombolas tomaram, como estudo de caso, as pesquisas arqueológicas no quilombo de Palmares, o que possibilitou que percebessem que a Arqueologia, por meio dos estudos dos artefatos, pode contribuir para novas interpretações sobre as identidades culturais e relações humanas nos quilombos. Baseados no texto de Funari & Carvalho (2005), os alunos discutiram a realidade de seus quilombos e fizeram relatos da existência de artefatos relacionados à história da escravidão, tais como engenhos, correntes, objetos utilizados para tortura etc; b) Arqueologia e resistência negra: as discentes do movimento negro utilizaram o texto de Funari & Schiavetto (2005) para debater acerca da história da escravidão, cotidiano e relações sociais dos negros no Brasil, e relacionaram esse conteúdo com as ações atuais dos negros para a garantia de seus direitos; c) O patrimônio arqueológico e identidade étnica; O grupo formado por indígenas discutiu as estratégias de utilização da cultura material para a garantia de território e da luta pelo reconhecimento étnico; d) Terra preta arqueológica: tendo por base os estudos arqueológicos de terra preta (Neves, 2006) os discentes discutiram acerca dos primórdios do desenvolvimento da agricultura na Amazônia e as mudanças pelas quais a agricultura vem passando ao longo de milênios de ocupação da região Amazônica.

Ao final da disciplina foi feita uma atividade de campo intitulada “Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia”. Utilizando a discussão do artigo da pesquisadora Marília Cury (2006), os discentes deveriam entrevistar moradores da cidade de Altamira. Os lugares visitados foram: a Feira do Produtor Rural, o Bairro Independente II, local onde fica o sítio arqueológico Praia do Pepino e famílias das etnias *Xipaya* e *Kuruaya* e casas de pescadores da Orla da cidade.

Antes de irem a campo os estudantes elaboraram um roteiro com as seguintes perguntas: você sabe da existência de sítios na sua cidade? Sabe o que é um arqueólogo? Sabe de alguma descoberta arqueológica recente? Você já encontrou caco de pote enterrado no chão? Ou as machadinhas de pedra? Quem fez

ou de onde vieram estas machadinhas ou estes cacos de pote? Você sabe alguma história sobre este material? Existe indígena morando na cidade de Altamira?

Após o trabalho de campo, os discentes analisaram os dados das entrevistas e apresentaram suas conclusões a respeito da pesquisa de campo. Os grupos, de modo geral, chegaram à conclusão de que a Arqueologia está presente na vida dos moradores de Altamira, não com esse nome, mas de outras maneiras, tais como em seus quintais, no caso da terra preta arqueológica, em suas casas como objetos decorativos ou objetos de estimação. Uma das pescadoras entrevistadas guardava um machadinho de pedra em sua casa como um amuleto de sorte. A presença da Arqueologia também é verificada nas histórias de pedra de raios e de assombração, pois, uma das pessoas entrevistadas disse ter medo das “coisas dos índios”.

Assim, as atividades relacionadas à área de Arqueologia foram muito produtivas e contribuíram para a troca de conhecimento entre os saberes tradicionais e científicos para a valorização da cultura local, do presente e do passado.

Arqueologia e povos e comunidades locais

Nesse tópico passarei a refletir sobre o contexto social da pesquisa arqueológica, tendo por estudo de caso o tema do meu projeto de pesquisa, executado pela UFPA e como pesquisa de doutorado, realizada no âmbito do PPGA, cujo objetivo é analisar a relação dos indígenas *Xipaya* e *Kuruaya*, moradores do Bairro Independente II em Altamira-PA, com a cultura material encontrada no sítio arqueológico “Praia do Pepino”, local onde supostamente teria sido fundado o aldeamento missionário *Tavaquara*, o qual teria dado origem à cidade de Altamira. Pretendo analisar as estratégias indígenas de utilização do material arqueológico para a afirmação das identidades étnicas e busca por direito a territórios

Começo a reflexão discutindo a concepção de patrimônio. De acordo com Ferreira, o patrimônio arqueológico representa a “institucionalização da cultura material para fins políticos”, uma vez que este pode “servir aos diferentes grupos sociais para criar e valorizar identidades culturais” (2008: 38). De acordo com o referido autor, o patrimônio ou material arqueológico é manipulado com o objetivo de vinculá-lo a identidade de uma nação e ao Estado, razão pela qual o conceito de patrimônio está vinculado ao de nacionalismo, assim como, ao de

colonialismo, pois constantemente a cultura material arqueológica é manipulada para servir de símbolo de dominação de um Estado sobre vários países.

Bezerra critica o uso da categoria patrimônio, pois para ela, “patrimônio é um conceito criado nos domínios do Estado-Nação e, como tal, constituiu-se de uma atribuição externa de identificação” (2012: 77). Assim, de acordo com a autora, a ideia de patrimônio deve ser pensada de forma crítica, pois o conceito é marcado por uma ênfase na materialidade e na duração no tempo, em contraste com as concepções dos povos e comunidades tradicionais, para os quais os aspectos materiais e simbólicos dos artefatos não estão dissociados, sendo a concepção de patrimônio desses povos marcada pela memória e não pela cronologia. Dessa forma, a autora ressalta a assimetria entre as perspectivas de patrimônio e enfatiza que não deve haver um embate entre as concepções científicas e nativas sobre os sítios arqueológicos, mas que as diferentes lógicas devem ser consideradas em uma dimensão relacional, para que, de acordo com Smith (2007), possamos conceber o patrimônio como um ponto de negociação.

Dessa forma, podemos pensar o patrimônio arqueológico como um poderoso símbolo de conflito entre diversas vozes que reclamam a gestão e a legitimidade das interpretações sobre o patrimônio. Entre estas vozes estão, além do Estado que busca sua soberania, outras “dissonantes”, marginalizadas e silenciadas que expressam as posições do pós-colonialismo. Entre as vozes marginalizadas podemos citar os povos indígenas da Amazônia, e, no caso específico de minha pesquisa, os Xipaya e Kuruaya, os quais, devido à dominação colonial, tiveram grande parte de seus povos e de suas culturas dizimados.

Ao migrarem para a cidade de Altamira, tais povos foram marginalizados, inclusive pelas políticas públicas, representadas por órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), os quais não reconheciam os direitos dos indígenas moradores da cidade, pois, segundo uma visão primordialista de cultura, estes não seriam mais índios, haja vista não morarem na aldeia e terem perdido traços “essenciais” de sua cultura, como língua, danças e crenças rituais. Ante tal contexto de marginalização social, os indígenas da cidade tiveram como alternativa organizar-se em associações para lutar por seus direitos. Dessa forma, as associações representam a maneira encontrada pelos indígenas da cidade para fazerem reivindicações perante o Estado.

Para Almeida (2008), a consciência da diferença étnica representa condição para os povos indígenas estabelecerem relações associativas e afirmarem compromissos em torno de uma identidade coletiva. Nesse contexto, a manipulação de símbolos torna-se um fator vital para alcançar metas políticas e consolidar os movimentos sociais. Assim, percebo a utilização do imaginário e da cultura material arqueológica relacionada à missão *Tavaquara* enquanto símbolo utilizado pelos movimentos sociais para afirmar suas identidades étnicas e seus direitos territoriais frente aos órgãos do Estado. Dessa forma, a questão da missão *Tavaquara* é uma forma dos movimentos sociais indígenas demonstrarem que os *Xipayá* e *Kuruaya* sempre habitaram no bairro Independente II e, portanto, possuem o direito de ocuparem o local, assim como demonstra o pertencimento étnico. Nessa perspectiva, de acordo com Glademir dos Santos,

“as comunidades não apenas se dão a conhecer pelos critérios étnicos, inventando sua tradição, na relação com o passado, a partir dos quais os agentes escolhem critérios culturais, antes adormecidos na memória coletiva atribuindo sentido ao presente” (2008: 71).

Assim, no interior das associações e pela utilização de símbolos de identidade, *Xipayá* e *Kuruaya* encontram força para resistir às adversidades da vida na cidade e lutar por seus direitos, pois, independente de uma real continuidade histórica entre as populações indígenas atuais e as populações do passado, os vestígios auxiliam na manutenção de sua identidade étnica (Silva, 2002).

Esse contexto de luta política vivenciada pelos *Xipayá* e *Kuruaya* da cidade de Altamira é o que Gnecco & Hernandez (2008) denominam de processo de descolonização indígena, e cabe a uma arqueologia reflexiva e comprometida contribuir para processos como esse em um âmbito mais amplo de descolonização. Segundo os autores citados, ao negligenciar os significados dados pelos indígenas à cultura material, e utilizando a cultura material enquanto uma história nacional, a Arqueologia contribuiu para a alienação de histórias nativas, cortando os laços entre as sociedades indígenas e contemporâneas. Porém, os movimentos sociais estão contestando e transformando a história contada do ponto de vista do colonizador através da ressignificação dos registros materiais, caso da cultura material relacionada à missão *Tavaquara*, pois o que antes era um símbolo da colonização portuguesa por meio das missões religiosas, hoje é utilizado como símbolo de resistência e identidade étnica e cultura dos *Xipayá* e *Kuruaya* da cidade de Altamira.

Assim, a inclusão de outras vozes, de outras visões de mundo, fruto dos interesses crescentes de atores sociais outrora marginalizados e dos materiais arqueológicos, que até bem pouco tempo os arqueólogos detinham o monopólio sobre sua interpretação, representa um processo de descolonização do saber arqueológico. Nesse processo de descolonização da disciplina, o Código de Ética da Austrália se apresenta muito a frente nessa discussão, uma vez que “reconhece as abordagens indígenas para a interpretação do patrimônio cultural e sua conservação” (Australian Archaeological Association, 2011). Contudo, em alguns países, como o Brasil, essa discussão está apenas engatinhando e precisa avançar muito no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas em relação ao seu patrimônio cultural.

Para Robrahn-González & Migliacio (2008), durante o “I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Americano”, realizado no ano de 2007 pelo Instituto do Patrimônio História e Artístico Nacional (IPHAN), em Manaus, o desenvolvimento de programas arqueológicos em terras indígenas tradicionais:

“[n]ecessita se dar dentro da perspectiva da arqueologia colaborativa, com base na ação compartilhada e no envolvimento pluricultural, não assimétrico ou hierárquico envolvendo equipes formadas por pesquisadores e representantes indígenas que serão co-responsáveis pelo Programa como um todo, e abrangendo o conjunto de suas etapas” (Robrahn-González & Migliacio, 2008:16).

Nessa perspectiva, é pertinente a discussão de Silva *et al* (2011), a respeito da relevância social do trabalho do arqueólogo, e a necessidade de uma pesquisa colaborativa entre arqueólogos e comunidades locais. Segundo a autora, o arqueólogo precisa considerar que o passado possui várias interpretações, que a sua concepção a respeito dos vestígios arqueológicos não é a única, pois os vestígios têm sido utilizados como argumento político para a posse e manutenção dos seus territórios em face da dificuldade por parte dos povos indígenas em manter a seguridade dos territórios frente aos diferentes interesses econômicos. Dessa forma, o passado deve ser construído a partir de muitas vozes e os arqueólogos não podem ter o monopólio das interpretações.

Nesse sentido, é possível perceber que o passado não está desassociado do presente, e que são as inquietações e reivindicações atuais que nos levam aos acontecimentos pretéritos. Dessa forma, nenhuma pesquisa arqueológica pode

ser concebida sem considerar o contexto social da pesquisa, mesmo um trabalho não rotulado como de “Arqueologia Pública” não pode deixar de lado os conflitos e os vários atores sociais que clamam pela gestão e pelo direito de interpretar o passado de acordo com seus interesses e reivindicações. Concordo com Green, Green & Neves (2003), na ideia de a Arqueologia Pública não ser uma série de metas e atividades adicionais ao trabalho do arqueólogo, mas um enfoque diferenciado na produção do conhecimento, o qual considera o conhecimento nativo e o conhecimento arqueológico em suas dimensões relacionais, em um processo de aprendizagem recíproca.

Considerações finais

Os relatos das atividades de ensino pesquisa e extensão, feitos no texto, tinham como objetivo mostrar a importância de se considerar a visão de povos e comunidades tradicionais e a respeito dos vestígios arqueológicos e das ricas contribuições dos saberes tradicionais para as pesquisas, assim como a necessidade de se promover o diálogo com os povos indígenas e demais comunidades tradicionais e comunidade escolar da região da Transamazônica e Xingu.

As visitas monitoradas ao *Laboratório de Arqueologia Rio Xingu* e as atividades das oficinas de extensão despertaram a atenção da comunidade escolar para a importância da preservação e valorização do Patrimônio Arqueológico e para o conhecimento da história da região e diversidade cultural do Xingu e Transamazônica.

A discussão a respeito da relação dos povos indígenas *Xipaya* e *Kuruaya* com a cultura material Arqueológica foi realizado com o objetivo de fazer uma reflexão acerca do papel do arqueólogo, e demais pesquisadores, diante dos conflitos ligados à cultura material arqueológica. Nesses casos, cabe ao arqueólogo posicionar-se politicamente tendo em mente as diversas vozes presentes na disputa pelo patrimônio arqueológico, e que povos e comunidades tradicionais estão tomando a direção de suas vidas e lutando pelo direito de contar suas histórias do ponto de vista nativo. Assim, é preciso ter em mente que sua postura representa apenas uma das ideologias presentes na disputa pelo patrimônio, e que, no caso de povos e comunidades tradicionais, a tomada da gestão do seu patrimônio representa um processo contínuo de descolonização da Arqueologia.

Referências

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2008. “O mapeamento social, os conflitos e o censo: uma apresentação das primeiras dificuldades” In Almeida, Wagner Berno & Santos, Gerson. (Orgs). *Estigmatização e território: Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 19-33.

Australian Archaeological Association. “Code of Ethnics”. Disponível em: <<<http://australianarchaeology.com>>>. Acesso em: 04.12.2014.

Bezerra, Marcia. 2006. “Educação [bem] patrimonial na escola” In Najjar, Jorge & Camargo, Sueli (Orgs.). *Educação se faz (na) política*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 79-97.

Bezerra, Marcia Almeida. 2012. “Sempre Quando Passa Alguma Coisa, Deixa Rastro: Um Breve Ensaio sobre Patrimônio Arqueológico e Povos Indígenas” In *Revista da SAB*, v. 24(1): 74-85.

Cury, Marília Xavier. 2006. “Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia” In *Revista Arqueologia Pública*, n. 1.

Ferreira, Lúcio Menezes. 2008. “Patrimônio, Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica” In *Ponta de Lança*, v.1(2).

Funari, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo, Contexto, 13-27.

Funari, Pedro Paulo Abreu & Schiavetto, Solange Nunes de A. 2005. *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo, Annablume, Fapespa.

____ & Carvalho, Aline V. 2005. *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Gnecco, Cristóbal. 2010. “Da arqueologia do passado à arqueologia do futuro: anotações sobre multiculturalismo e multivocalidade” In *Amazônica*, v.2 (1), 92-103.

Gnecco, Cristóbal & Hernandez, C. 2008. “History and Its Discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists” In *Current Anthropology*. 49 (3).

Green, Lesley; Green David & Neves, Eduardo Góes. 2003. “Indigenous knowledge and archaeological science: the challenges of public archaeology in the Reserva Uaçá” In *Journal of Social Archaeology*, v. 3(3): 365-397.

Horta, Maria Lurdes; Grunberg, Evelina & Monteiro, Adriane Gueiros. 1999. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, DF: Petrópolis, Iphan.

Neves, Eduardo Góes. 2006. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Robrahn-González, Erika & Migliacio, Maria do Carmo. C. 2008. “Preservação do patrimônio arqueológico em terras indígenas” In *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, (3).

Santos, Gerson. 2008. “Etnografia da inclusão: a resistência contra indiferença” In Almeida, Alfredo Wagner Berno & Santos, Gerson (Orgs). *Estigmatização e território: Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 63-68.

Silva, Fabíola Andrea. 2002. “Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios Arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu”. In *Horizontes Antropológicos*, ano 8, (18), 175-187.

_____. 2011. “Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: Reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico” Disponível em: <<www.xa.yimg.com/kq/groups>>. Acesso em: 12.04.2012.

Silva, Fabíola Andrea; Eduardo, Bsepalez & Francisco Forte Stuchi. 2011. “Arqueologia Colaborativa na Amazônia: terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará” In *Amazônica*, v.3 (1), 32-59.